

**TEORIA SOCIOLÓGICA DA
LITERATURA OU LITERATURA
COMO MEIO DE
COMPREENSÃO DA
SOCIEDADE?**

MACHADO E SILVA, Regina Coeli¹

¹ Professora da graduação e da pós-graduação lato sensu e stricto sensu do curso de Letras na UNIOESTE. Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ.

RESUMO: Apresentar a discussão sobre o alcance e as possibilidades de compreensão do real quando se pensa na relação entre literatura e sociedade é um dos temas deste artigo. A indagação aí implícita não é feita apenas pelos pesquisadores da Literatura, mas é constantemente refeita por aqueles que gostam de ler, como os estudantes de graduação recém chegados à universidade. Duplicada pela teoria literária – que ao perguntar-se o que é a literatura, também se pergunta sobre o que a separa do real –, essa indagação nos leva ao ponto de convergência de onde emanam alguns desdobramentos que possibilitam encaminhar possíveis contribuições da Sociologia e da Antropologia aos estudos literários.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia e narrativa literária moderna; individualismo; arte e ciência.

ABSTRACT: This paper aims at presenting a discussion on the limits and possibilities of understanding the real when we think of the relation between literature and society. The implicit question is not done by the literature researchers, but it is often done by those who appreciate reading, as, for instance, the university students. Doubled by the literary theory – which, by asking what literature is, also asks about what separates it from the reality –, this question leads us to a point of convergence which enables to point out the potential contributions of Sociology and Anthropology to the literary studies.

KEY-WORDS: Anthropology and modern literary narrative; individualism; art and science.

Pensar as contribuições das Ciências Sociais aos estudos literários tem um grande mérito: o de nos revelar o impensado sob o qual estamos submetidos e organizados, mesmo que a interdisciplinaridade seja o que motivou esta reflexão. Ele é tanto a subscrição da fragmentação dos saberes reproduzida na academia, sob a qual ela está ordenada, quanto a crítica aos limites trazidos por esta fragmentação, desenvolvida, de uma forma geral, no interior das Ciências Humanas pelo menos desde a década de 70². Esse impensado, que subscreve no interior da academia a divisão dos saberes entre Ciências Naturais, Exatas e Ciências Humanas e,

2 Trata-se de uma data simbólica que demarca os limites de uma profunda crítica da cultura racionalista, própria da moderna sociedade ocidental, que ficou conhecida como o movimento da contracultura.

dentro dessas últimas, a divisão entre campo das Artes, das Letras e da Antropologia, é reencenado pela teoria literária e pelas teorias sociológicas. Do lado da primeira, esse impen-sado está na recusa em fazer teoria sociológica da Arte e da Literatura (a exemplo de Antonio Candido e outros autores de orientações teóricas divergentes). Do lado da segunda, está na recusa em fazer teoria literária, tomando a literatura e a criação literária como fonte, seja etnográfica, seja histórica (cf. DAMATTA, 1983; 1994; VELHO, 1994; VIVEIROS DE CASTRO E ARAÚJO, 1977).

Contudo, é o próprio Antonio Candido que, apesar de denunciar a “tendência devoradora de tudo explicar por meio dos fatores sociais” e de afirmar que as teorias sociológicas não podem pretender o lugar da teoria literária (2006, p. 48), articula, em freqüentes passagens de seu livro *Literatura e sociedade*, a possibilidade da interpretação estética assimilar a dimensão social como um fator da Literatura. Como ele observou em 1958, com rara lucidez para a época, se as divisões entre esses saberes pouco importam para compreender a composição de um texto literário, o ângulo das teorias sociológicas tem uma grande validade, mas não pode ser imposto como critério único:

[...] uma crítica que se queira integral deixará de se unilateralmente sociológica, psicológica ou lingüística, para utilizar livremente os elementos capazes de conduzirem a uma interpretação coerente. Mas nada impede que cada crítico ressalte o elemento de sua preferência, desde que o utilize como componente da estruturação da obra. E nós verificamos que o que a crítica moderna superou não foi a orientação sociológica, sempre possível e legítima, mas o sociologismo (CANDIDO, 2006, p. 7).

Essa solução de Antonio Candido, de imediato, parece resolver, de uma vez por todas, o problema em pauta. No entanto, a questão permanece. Numa análise mais refinada, nos confrontamos com outra pergunta, comum às teorias sociológicas e às teorias literárias, que é sobre o alcance e as possibilidades de compreensão do real. Essa indagação não é feita apenas pelos pesquisadores da Literatura, mas é constantemente refeita por aqueles que gostam de ler, como os

estudantes de graduação recém-chegados à universidade que, quando perguntados por que escolheram o curso de Letras, respondem, invariavelmente, que a literatura ajuda-os a compreender melhor a realidade e é fonte de aprendizagem ou, ao contrário, é uma oportunidade de fugir dessa mesma realidade. Evidentemente que esta pergunta é duplicada pela teoria literária, porque, ao perguntar-se o que é a Literatura, também se pergunta sobre o que a separa do real. Estamos, pois, no ponto de convergência do “real” com a ciência e a arte e, talvez, seja a partir deste ponto que poderemos acompanhar os vários desdobramentos que possibilitem encaminhar respostas sobre as contribuições das Ciências Sociais aos estudos literários.

O primeiro desdobramento refere-se às possibilidades de explicação deste real quando não havia, no interior dos saberes eruditos, essa separação entre a ciência e a arte ou entre a Sociologia ou Antropologia e a teoria literária. Como se sabe, embora a fragmentação dos saberes tenha iniciado muito antes, o surgimento das Ciências Sociais ocorreu no final do século XIX e foi derivado de uma profunda transformação social, cujas condições históricas e sociais são inseparáveis do fato mesmo de as tornarem intelectualmente possíveis. Dentre estas condições estavam os efeitos do processo de secularização da cultura que transformou as mentalidades e o senso comum e, com eles, o pensamento racional sistemático. Foi esse pensamento sistemático o que construiu o ponto de vista sociológico postulando a idéia de que a vida humana, em sociedade, estava sujeita a uma ordem dotada de lógica própria, que poderia ser explicada de forma positiva e realista (cf. FLORESTAN FERNANDES, 1980). Do ponto de vista da Literatura, como apontou Watt (1998), estudando a ascensão do romance, esse mesmo ideal orientava os primeiros romancistas franceses e ingleses, do século XVIII ao final do século XIX. Eles procuravam “retratar” todo tipo de experiência humana, não nela mesma, mas, sobretudo, na maneira como ela deveria ser apresentada pelo romancista. Como salienta esse autor, o que era muito significativo deste esforço

sistemático para definir os objetivos desse novo gênero, o romance, era a questão que se colocava de modo muito mais agudo que qualquer outra forma literária: a correspondência entre o texto literário e a realidade que ele imita.

Como se vê, trata-se de forma análoga ao problema epistemológico das Ciências Sociais, só que, em um caso, trata-se da correspondência entre vida e literatura, e no outro, entre vida e explicação científica. Watt (1998), estudando a ascensão do romance, levanta alguns aspectos específicos do gênero que têm analogias com esta preocupação epistemológica das Ciências Humanas: a busca da verdade como uma questão inteiramente individual, independente da tradição. Esta reorientação, individualista e inovadora, está tanto na figura do autor quanto na individualização dos personagens, que serão dotados de identidade pessoal e nome próprio. Dessa forma, o romance espelha essa reorientação, envolvendo pessoas específicas em circunstâncias específicas (e não tipos humanos genéricos). Ele também incluiu uma moderna noção de tempo que define a personalidade pela interpenetração do passado e do presente, construindo a narrativa pela descrição do que ocorre na mente do indivíduo sob o impacto do fluxo temporal e situando os fatos cronologicamente, em ambientes precisos. Tal adaptação do estilo da prosa acaba dando a impressão de absoluta autenticidade ao enredo do romance.

A evidência de um mesmo problema epistemológico, que antes embaralhava dois campos que hoje vemos de forma claramente distintos – o das Ciências Humanas e o da narrativa literária moderna –, foi apontada por Antonio Candido em relação ao papel da Literatura no Brasil e, por Lepenies, na França, na Inglaterra e na Alemanha, em diferentes momentos históricos.

Antonio Candido, escrevendo para um público de estrangeiros sobre a literatura e a cultura no Brasil, constatou que as melhores expressões do pensamento e da sensibilidade no País, de 1900 até 1945, assumiam forma literária e que a Literatura, mais do que a Filosofia e as Ciências Humanas,

era, e continuava sendo (em 1955, quando escreveu), o “fenômeno central do espírito”. Tal constatação era válida não apenas para os romances de José de Alencar, de Machado de Assis e de Graciliano Ramos, como também para a poesia de Gonçalves Dias, de Castro Alves e de Mário de Andrade. Até mesmo os livros de “intenção histórica e sociológica” (expressões do autor), como os de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Gilberto Freire assumiam essa forma literária. Tal posição-chave da Literatura contribuiu, segundo Antonio Candido, com uma eficácia muito maior para formar a consciência nacional e para pesquisar a vida e os problemas brasileiros.

Esta contribuição da Literatura para o conhecimento, porém, não ocorreu apenas no Brasil, como Antonio Candido parecia acreditar, afirmando que a Literatura foi um paliativo para a falta do espírito científico e técnico. Na Europa também ocorria este processo de a ficção adquirir o significado de iniciação ao conhecimento da vida social, a partir de meados do século XIX. A instigante obra de Lepenies dá conta deste mesmo debate na França, na Inglaterra e na Alemanha e, vale a pena enfatizar, esse autor mostra como até o final do século XVIII era impossível haver uma separação nítida entre a produção de uma obra literária e de uma obra científica. Como ele afirma, cem anos antes desse final do século XVIII, era considerado comum “que um homem da ciência natural se concebesse como escritor, como alguém que não importa somente com o que diz, mas também como diz, como alguém que não somente quer instruir seu público, mas divertir instruindo” (LEPENIES, 1996, 13).

As Ciências Sociais, emergentes nesse contexto, encontravam-se em uma situação precária, como uma espécie de “terceira cultura” entre as Ciências Naturais, de um lado, e as Ciências Humanas e a Literatura, de outro. Tal situação torna-se compreensível quando Lepenies descreve que, na França, Balzac via sua obra vinculada à História Natural, concorrendo com as Ciências Sociais. Segundo o autor, Balzac queria intitular a *Comédie humaine* de *Études sociales* e se

autodesignava *docteur en sciences sociales* com mais convicção que ironia.

E tinha razão: qual sociólogo poderia, na metade do século XIX, competir com as concepções analíticas desse romancista e de sua *science sociale* – sem falar em sua habilidade estilística? Karl Marx, que se comparava ao herói de *Chef d'ouvre inconnu*, e Friedrich Engels formularam essa pergunta retórica, quando afirmaram ter aprendido mais com Balzac do que com todos os historiadores e economistas profissionais – “Guizot e *tuti quanti*”, como reza a expressão maldosa (LEPENIES, 1996, p. 15).

O mesmo ocorria com Flaubert e Zola. Flaubert considerava seu trabalho como a “melhor ciência da sociedade” e Zola procurava fundamentar a pretensão científica de um determinado tipo de literatura que se concebia como a melhor sociologia (cf. LEPENIES, 1996, p. 16-17). Na Alemanha, essa concorrência entre as ciências e a Literatura assumia a forma de um confronto entre a “fria razão” e a “cultura dos sentimentos”. Segundo Lepenies, essa concorrência não permaneceu limitada ao âmbito das publicações científicas e literárias, mas marcou as biografias públicas e pessoais dos escritores e intelectuais, como a de Hegel, por exemplo.

Uma questão fundamental, porém, separava o que estava embaralhando, do ponto de vista epistemológico, o campo das Ciências Sociais com a Literatura. Tratava-se das críticas antiiluministas às Ciências Sociais, em sua pretensão de imitar as Ciências Naturais e substituir a metafísica e a religião³. Contudo, as Ciências Sociais não pretendiam substituir a metafísica ou a religião, visto que a pergunta central na época era a respeito da possibilidade de viver uma sociedade sem religião, uma questão crucial que acabará dando a chave para o objeto em estudo, como mostrarei em seguida.

Se da perspectiva da Literatura havia a aspiração de construir a ciência da sociedade, da perspectiva das Ciências

3 “A eliminação dos sentimentos nas ciências sociais e em outras disciplinas se dá em nome de uma razão arrogante, que pretende ser não apenas meio para o conhecimento, mas também concepção do mundo e igualmente substituto da religião”. (LEPENIES, 1996, p. 24).

Sociais havia um ímpeto para construir explicações totalizantes que envolvessem todos os fenômenos sociais, incluindo as Artes e a Literatura. Como afirmou Bastide (1979), a preocupação em elaborar uma teoria sociológica das artes não poderia deixar de integrar parte do programa proposto pelas Ciências Sociais, como foi o caso da emergente escola sociológica francesa. Assim, quando Durkheim dedicou uma rubrica especial ao que seria uma teoria sociológica das artes, ela foi colocada no âmbito da etnografia e da sociologia religiosa, nas mãos de Marcel Mauss. O objetivo desse programa analítico era descobrir as origens das formas mais altas das atividades intelectuais e morais, que, para eles, seriam encontradas na religião. Desse modo, a origem das artes, aí incluindo a Literatura, estava na Religião e suas fontes eram vistas como tendo não um significado absoluto, mas lógico, porque a Religião estaria na origem de todas as instituições sociais. Fato social originário, nela está condensado o social.

Essa hipótese foi desenvolvida no estudo de Durkheim sobre o totemismo australiano, na obra *As formas elementares da vida religiosa* e no *Année Sociologique*, em que ele afirma: “Foi dos mitos e das lendas que saíram a ciência e a poesia, foi da arte de ornamentação religiosas e das cerimônias de culto que derivaram as artes plásticas” (part II, p. IV, *apud* BASTIDE, 1979, p. 42). Interessante mencionar que uma das perguntas-chaves de Durkheim era sobre a possibilidade de uma sociedade viver sem religião e a resposta a ela havia sido intuída desde a sua tese de doutorado, sobre a divisão do trabalho, em que ele afirmava que o equivalente laico da religião era o culto do indivíduo.

Inaugurado pela escola sociológica francesa, o tema do indivíduo continuou sendo fértil e tornou-se central para muitas análises, mesmo com objetos diversos porque, sendo uma categoria lógica e social, ordena a sociedade moderna, secularizada. As análises sobre esse tema têm dado muitas contribuições a diversos objetos próprios aos estudos literários, incluindo as condições sociais de possibilidades da Li-

teratura. Nesta seara, na qual se inclui autores que não são filiados à Antropologia, embora tenham contribuições importantes para ela, podemos citar o texto inaugural de Mauss sobre a noção de pessoa (2003), e os de Dumont, sobre a ideologia individualista (1985), de Foucault (1995), de Elias (1994), de Sennet (1988), de Bourdieu (1996), de Taylor (1997), de Watt (1997) e de Goulemot (1991). Da problematização da noção de autor, de gênio, passando pela construção da interioridade como resultante do processo de individualização, essas análises abrem inúmeras possibilidades aos estudos literários.

No Brasil, o tema do individualismo na Literatura tem sido estudado pela antropologia, por meio dos romances de Guimarães Rosa, de Jorge Amado, de Nelson Rodrigues, por estudiosos filiados à escola sociológica francesa, como Damatta (1983; 1994) e Gilberto Velho (1994).

Como se pode observar, o olhar das Ciências Sociais, especialmente da Antropologia, para os estudos literários, é focado na criação artística e nos temas dessa criação como objetos, analisados como inseparáveis um do outro. Deste modo, os textos literários são investigados em suas condições de produção, situando autores, textos e temas em contextos culturais, sociais e históricos. Tal olhar resulta em dois tipos de análise sociológica: no primeiro, os temas desenvolvidos nas narrativas literárias são problematizados como um sistema de significados que ordenam diferentes dimensões da realidade social, como propôs Lévi-Strauss (2003). O segundo tipo de análise toma a criação literária um objeto de investigação, possibilidade que abre vários caminhos: o estudo de movimentos literários, as análises de instituições de literatos (como editoras, academias de Letras, revistas especializadas, etc.), as histórias de obras específicas (sua produção e recepção), a investigação de rede de escritores e o estudo de trajetórias de determinados autores e suas obras.

Estamos, aqui, longe daquele embaralhamento inicial entre a Literatura e as Ciências Sociais e diante de reestruturação entre esses dois campos. Essa reestruturação

constitui o segundo desdobramento da resposta à questão proposta neste artigo. Aqui, a separação entre os estudos literários e os sociológicos é visível e pode-se dizer que a narrativa literária e as análises sobre ela são englobadas pela condição de objeto de pesquisa para a Antropologia, como acabamos de ver. Inversamente, os estudos sociológicos serão colocados na periferia pelos estudos literários.

Essa reestruturação colocou as Ciências Sociais e as análises literárias como campos paralelos, mantendo o problema epistemológico antes apontado – real x arte x ciência. Embora a fragmentação desses campos tenha se tornado mais visível, as fronteiras entre eles não são rigidamente delimitadas e nem autônomas. Ao contrário, eles possuem articulações entre si, tanto do ponto de vista das problemáticas obrigatórias – as correspondências e homologias verificadas nesses campos, em termos das abordagens teóricas – ou do que Foucault definiu como *episteme*, específica e intransferível de uma época, um padrão que unifica a diversidade dos discursos. Um dos exemplos paradigmáticos dessa articulação dos estudos literários (e aqui também lingüísticos) em direção à Antropologia foi o estruturalismo, cuja importância trouxe contribuições insuperáveis para a disciplina. O representante máximo dessa abordagem na Antropologia é Lévi-Strauss. A direção contrária foi realizada pela apropriação da abordagem marxista pelos estudos literários, embora não possamos classificar os fundadores dessa abordagem como antropólogos ou sociólogos. Aqui, podemos mencionar como exemplos os estudos literários desenvolvidos por Goldmann (1976).

O terceiro e último desdobramento em direção a uma resposta à questão trazida por este artigo está situado no desenvolvimento dos saberes eruditos recentemente, especialmente desde a década de 70, com o movimento que ficou conhecido como pós-modernidade. Esse movimento fez com que os estudos literários e a Antropologia tivessem suas fronteiras quase apagadas. Como se sabe, este movimento começou no campo mesmo da arte e, especialmente, na arquitetura, e rapidamente se estendeu para a totalidade dos saberes.

A crítica à modernidade – apontada nos limites da racionalidade, na fragmentação dos saberes e na perda de legitimidade das grandes narrativas –, em grande parte comandada pelas conseqüências duradouras do movimento da contracultura, põe em cena uma proliferação de abordagens que vão da hermenêutica alemã ao desconstrutivismo francês. Conseqüentemente, a questão da relação entre verdade, ciência e ficção é deslocada e, na condição de problema epistemológico, quase se torna diluída, porque esse movimento refinou a sensibilidade para as diferenças e despertou a capacidade de tolerar o incomensurável. Manifestando-se como um contraponto por meio de uma “sensibilidade romântica” (STOCKING Jr., 1989), tal diluição pode ser visível nos dois campos: na Antropologia, houve autocrítica, movimento que ficou conhecido como Antropologia pós-moderna, que desenvolveu uma noção da cultura como um “texto” a ser interpretado (cf. GEERTZ, 1989; 1997) e como uma “escrita” feita com diversas vozes (cf. CLIFFORD; MARCUS, 1986; CLIFFORD, 1988); nos estudos literários, a problemática homóloga está presente no argumento que fundamenta o dialogismo de Bakhtin (2003) e na proposição da intertextualidade feita por Iser (1996). Contudo, essa aproximação trouxe muitas controvérsias e suscitou um debate que está longe de ser resolvido nesses dois lados.

Depois deste rápido exercício de reflexão sobre as contribuições mútuas entre as Ciências Sociais e os estudos literários, gostaria de concluir com duas questões para discussão: a primeira é trazer esse debate para o centro da formação e do ensino desses dois campos e assim mostrar que pode haver muitas discordâncias a respeito das questões que estamos discutindo, mas, pelo menos, estamos de acordo quanto às questões que devemos discutir. A segunda é responder ao convite lançado por Bourdieu para estudar o campo da Literatura: analisar as condições sociais da produção (ou invenção, ou criação) e da reprodução (assimilação, recepção) das narrativas literárias enquanto disposições duráveis e esquemas classificatórios que constroem esse campo

não de forma isolada e autônoma, como tentei mostrar.

Tal sugestão tem clara inspiração em Antonio Candido. Como mostrou uma antropóloga, Mariza Peirano,

[...] foi na crítica literária – um dos desdobramentos da sociologia dos anos 30 – que Antonio Candido conseguiu achar o nicho institucional que lhe permitiu fazer, escondido, uma antropologia da literatura [...] e com isto uma antropologia da vida intelectual brasileira. (1990, p. 53-54).

Contudo, atualmente, podemos e devemos enfrentar o debate mais abertamente, diferentemente do momento em que esse autor iniciou seus estudos literários. Isto significa não reduzir a narrativa literária apenas a um meio de compreensão da sociedade.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BASTIDE, Roger. *Arte e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2006.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. *Writing culture: the poetics and a politics of ethnography*. Berkeley/Los Angeles/ London: University of California Press, 1986.

_____. *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRG, 1988.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

_____. *Conto de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DUMONT, Louis. O valor nos modernos e nos outros. In: _____. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

- ELIAS, Norbert. A individualização no processo social. In: _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FERNANDES, Florestan. A herança intelectual da sociologia. In MARTINS, J. de S.; FORACCHI, M. M. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- _____. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- GOULEMOT, Jean Marie. As práticas literárias e a publicidade do privado. In: PHILIPPE, Áries; ROGER, Chartier (Orgs.) *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: 34, 1996.
- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- PEIRANO, Mariza G. S. O pluralismo de Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 12, vol. 5, p. 41-54, 1990.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- STOCKING Jr., George W. The ethnographic sensibility of the 1920s and the dualism of the anthropological tradition. In: _____ (Ed.). *Romantic motives: Essays on anthropological sensibility*. Madison: The University of Winsconsin Press, 1989, p. 208-279.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1997.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, Gilberto (Org.) *Arte e sociedade. Ensaio de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robson Crusoe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.